

**Recebido:01.04.2024****Aprovado:26.04.2024****Avaliado:pelo Sistema Double Blin Review**

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM AMBIENTES NATURAIS**

## **SOME CONSIDERATIONS ABOUT SUSTAINABLE PRACTICES IN NATURAL ENVIRONMENTS**

**Ricardo Sales<sup>1</sup>****E-mail:** rsd.tur@uea.edu.br**ORCID:** 0009-0007-6280-5997**Susy Rodrigues Simonetti<sup>2</sup>****E-mail:** ssimonetti@uea.edu.br**ORCID:** 0000-0002-1117-647X

### **RESUMO**

As considerações sobre práticas sustentáveis em ambientes naturais foram feitas com o objetivo de compreender a Estratégia de conservação do meio ambiente das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), por meio da obra “Perguntas e Respostas sobre Reserva de Patrimônio Natural” de Souza, Côrte e Ferreira (2012), publicada pelo Ministério do Meio Ambiente em 2012, e a partir de uma reflexão sobre as dificuldades abordadas no trabalho de Lima e Franco (2014), quanto às estratégias que promovam a biodiversidade. Concluímos sublinhando a importância de estratégias colaborativas entre governos, organizações não governamentais e comunidades locais, enfatizando a necessidade de educação ambiental como componente essencial para o sucesso das práticas sustentáveis. Ao adotar essas abordagens, aspiramos a um futuro em que a coexistência harmoniosa entre humanidade e natureza seja alcançada, preservando a beleza e funcionalidade dos ambientes naturais para as gerações futuras.

**Palavras-chave:** Conservação da biodiversidade. RPPN. Práticas sustentáveis.

### **ABSTRACT**

The considerations on sustainable practices in natural environments were made with the aim of understanding the environmental conservation strategy of Private Natural Heritage Reserves (RPPN), through the book "Questions and Answers on Natural Heritage Reserves" Souza, Côrte and Ferreira (2012), published by the Ministry of the Environment in 2012, and reflecting on the difficulties addressed in the work of Lima and Franco (2014), regarding strategies that promote biodiversity. We conclude by stressing the importance of collaborative strategies between governments, non-governmental organizations and local communities, emphasizing the need for environmental education as an essential component for the success of sustainable practices. By adopting these approaches, we aspire to a future in which harmonious coexistence between humanity and nature is achieved, preserving the beauty and functionality of natural environments for future generations.

**Keywords:** Biodiversity conservation. RPPN. Sustainable Practices.

---

<sup>1</sup>Discente do curso de Bacharelado em Turismo pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

<sup>2</sup> Professora adjunta da Escola Superior de Artes e Turismo da UEA.

## 1. INTRODUÇÃO

A preservação de ambientes naturais tornou-se uma prioridade urgente em face dos crescentes desafios ambientais. Práticas sustentáveis em ambientes naturais concentram-se em estratégias que promovem a conservação da biodiversidade, a restauração de ecossistemas e a manutenção do equilíbrio ecológico (Damas, 2020, p.313). Nesse contexto, estratégias eficazes são fundamentais para assegurar a saúde dos ecossistemas e a sobrevivência de inúmeras espécies.

A conservação da biodiversidade, central nas práticas sustentáveis, envolve a proteção de ecossistemas vitais e o manejo responsável de *habitats* naturais. A promoção de práticas sustentáveis em ambientes naturais não apenas protege a natureza, mas também contribui para o bem-estar humano, assegurando um ambiente saudável para as gerações presentes e futuras (Ruschmann, 2020, p.84).

O objetivo do presente resumo foi refletir sobre práticas sustentáveis nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. Somente por meio de estudos dessa natureza é possível compreender quais as estratégias para promover a conservação ambiental e quais desafios de sua implementação no Brasil.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa traz à reflexão acerca de algumas considerações de práticas sustentáveis em ambientes naturais que foram abordadas em trabalhos publicados e disponíveis para acesso de forma aberta. Para entender a proposta da RPPN, consultou-se o livro “Perguntas e Respostas sobre Reserva de Patrimônio Natural”, organizado pelo consultor ambiental Jose Luciano Souza e publicado em 2012, pelo Ministério do Meio Ambiente. As dificuldades para a implementação de estratégias que promovam a biodiversidade são abordadas no trabalho de Lima e Franco (2014). A revisão bibliográfica foi o fio condutor que, após a análise e interpretação, classificaram-se os dados e informações de interesse, realizando a análise final com articulação paralela aos referenciais teóricos.

À luz dessa revisão bibliográfica inicial, busca-se refletir sobre o papel das RPPNs, considerando que se trata de uma categoria de área protegida que pode ser criada pela iniciativa privada e, sendo assim, proteger territórios abundantes em sociobiodiversidade.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As RPPNs, Unidades de Conservação de Uso Sustentável, surgiram em 1990 como uma estratégia inovadora para promover a conservação da natureza no Brasil. Esta abordagem envolveu a criação dessas áreas protegidas por iniciativa de proprietários de terras particulares, reconhecendo a importância de envolver a sociedade civil na preservação dos ecossistemas. Ao longo dos anos, as RPPNs ganharam crescente relevância tanto em âmbito nacional quanto internacional, destacando a necessidade de um instrumento legal mais robusto e regulamentação mais detalhada, Souza, Côrte e Ferreira (2012, p.9).

O Decreto nº 98.914, criado em 1990, foi o marco inicial para a instituição das RPPNs, estabelecendo as bases legais para a iniciativa. Esse decreto, por sua vez, foi posteriormente substituído pelo Decreto nº 1.922/1996, refletindo a evolução do entendimento sobre a importância dessas reservas privadas na promoção da conservação ambiental. A consolidação das RPPNs como uma categoria de Unidade de Conservação no Brasil foi fortalecida com a promulgação da Lei nº 9.985, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). As RPPNs passaram a integrar o grupo de Uso Sustentável dentro do SNUC, representando uma forma inovadora de colaboração entre a sociedade civil e o poder público na preservação da biodiversidade.

A busca pela efetividade das RPPNs culminou no Decreto nº 5.746, publicado em 5 de abril de 2006, o qual regulamentou de forma mais específica os procedimentos de criação, gestão e manejo dessas reservas. Esse decreto foi um marco, sendo a primeira regulamentação específica para uma categoria de Unidade de Conservação após a criação do SNUC. Consideradas uma significativa alternativa para a ampliação do SNUC, as RPPNs representam um modelo inovador de parceria entre a sociedade civil e o poder público na busca pela preservação dos ecossistemas brasileiros. Essa colaboração ativa visa assegurar a sustentabilidade ambiental e a proteção a longo prazo da rica biodiversidade do país (Souza, Côrte e Ferreira (2012, p.9).

Lima e Franco (2014, p.113), no trabalho intitulado *As RPPNs Como Estratégia para a Conservação da Biodiversidade: o caso da Chapada dos Veadeiros*, destacam que “as RPPNs estão sujeitas às restrições similares às Unidades de Conservação de proteção integral,” e que possuem o propósito de promover a preservação de seus habitats com mínimas intervenções humanas. Na região nordeste de Goiás, a Chapada dos Veadeiros abriga 15 RPPNs federais



situadas nos arredores do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, integrando sua zona de amortecimento (Lima e Franco (2014, p.113).

Um município do estado do Amazonas que se destaca quanto à criação dessas áreas protegidas é Presidente Figueiredo, que possui 10 RPPNs (SIM, 2009). As RPPNs em Presidente Figueiredo, não apenas promovem o turismo em suas muitas cachoeiras, cartão postal do município, mas também desempenham um papel crucial na conservação do *habitat* natural de espécies emblemáticas, como a onça e o galo da serra (Omena Junior, 2009; Freitas, 2011). Por meio de atividades turísticas responsáveis, como passeios em trilhas na RPPN Cachoeira da Onça e a observação e/ou estudos de pássaros na RPPN Bela Vista (ornitologia), essas áreas protegidas contribuem significativamente para a preservação da biodiversidade local, garantindo um equilíbrio entre a conservação e o desenvolvimento sustentável da região.

O Decreto nº 5.746/2006 estabeleceu as diretrizes para a criação das RPPNs e definiu as responsabilidades dos proprietários, as quais são substanciais. Entre essas obrigações, inclui-se a apresentação do plano de manejo, a submissão de relatórios das atividades na reserva quando solicitado, a preservação dos atributos ambientais da área, a demarcação clara de seus limites, a informação a terceiros sobre a existência da RPPN e as restrições a ela impostas. Executar essas obrigações não é tarefa fácil, elas também se constituem em estratégias fundamentais para a sobrevivência dessas áreas protegidas.

No QUADRO 01 é possível observar algumas Estratégias e Práticas levantadas a partir da bibliográfica pesquisada. Essas estratégias e práticas são consideradas fundamentais e recomendáveis, garantindo que as UCs do tipo RPPNs atinjam o compromisso com a sustentabilidade dessas áreas frente aos desafios da conservação ambiental.

**QUADRO 01 – Algumas estratégias e práticas sustentáveis em RPPNs**

ESTRATÉGIAS	PRÁTICAS
<b>Implantação de Ecoturismo</b>	Utilização sustentável dos recursos naturais, integrando os visitantes com a natureza, de forma que o meio ambiente não seja tão impactado.
<b>Promover a Educação Ambiental</b>	Desenvolver processos educativos com experiências na natureza capazes de atribuir e promover a sensibilização pública, a construção de valores sociais e competências voltadas para a preservação e conservação do meio ambiente em todos os níveis de ensino, tanto no formal como no informal.
<b>Implementar cobrança de entradas nas UCs</b>	Com revestimento em manutenção e/ou quando necessária, a restauração de processos ecológicos nessas áreas privadas.
<b>Visitas com Guias Especializados</b>	Os guias podem mudar atitudes ou até educar os turistas sobre a importância da conservação da biodiversidade e da redução do impacto ambiental durante as visitas às RPPNs.

<b>Incentivar investimentos em pesquisas nas RPPN's</b>	As variáveis relacionadas ao tamanho e forma dos fragmentos protegidos em cada RPPN, bem como a posição geográfica diversificada ao longo de diferentes contextos ambientais, possibilitam a descoberta de novas subespécies da fauna e da flora, o que gera parcerias entre instituições como as universidades e os proprietários de RPPN's.
<b>Elaboração de plano de manejo (PM)</b>	Normas que devem nortear e regular o uso que se fará da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estruturas físicas necessárias à gestão, como a Bioconstrução.
<b>Conservar a biodiversidade da RPPN's</b>	O manejo responsável de <i>habitats</i> naturais. Manutenção do equilíbrio ecológico, com mínimas intervenções humanas, sem desmatar e poluir, o que impede o esgotamento de <i>habitats</i> .
<b>Incentivar a restauração dos ecossistemas</b>	Práticas de gerenciamento sustentável de recursos naturais no uso solo, da água e da vegetação.
<b>Desenvolver práticas agrícolas sustentáveis</b>	Adoção de práticas agrícolas mais inteligentes e não agressivas à saúde e ao ambiente, como a Rotação de Culturas, cujo objetivo é aproveitar a fertilidade do solo, com controle de doenças e pragas também.
<b>Adotar o uso de fontes de energia renováveis</b>	As fontes de energia renováveis são uma boa opção para produtores que querem manter sua taxa de produção alta e economizar em energia. Cabe a cada área escolher o tipo que mais se encaixa a sua realidade, considerando o clima da região e recursos disponíveis.

Fonte: SCHEID & SCHEID (2016); Souza, Côrte e Ferreira (2012)  
Elaborado pelos autores

A elaboração de planos de manejo e relatórios demandam profissionais especializados, representando um custo significativo para os proprietários. Dependendo da localização e extensão da reserva, a fiscalização integral da área, sem apoio governamental ou de outras instituições, torna-se praticamente inviável. O processo de criação das RPPNs, por si só, muitas vezes desencoraja. A necessidade de diversos documentos do proprietário e do imóvel, alguns de difícil obtenção, complica e encarece o processo (Lima; Franco, 2014, p.19).

Dentro das RPPNs, as atividades econômicas mais viáveis, dadas as restrições legais, incluem o ecoturismo, o turismo rural e o turismo de aventura, dentre outros segmentos, sem contar o lazer. De acordo com Damas (2020, p.323), o turismo em ambientes naturais pode desempenhar um papel positivo ou negativo na preservação ambiental. Práticas sustentáveis no turismo incluem o desenvolvimento de atividades que respeitem a fauna e flora locais, a implementação de trilhas ecológicas bem planejadas e a sensibilização dos visitantes sobre a importância da conservação.

Dada a opção ao proprietário de designar apenas uma porção de sua propriedade para a criação da reserva, muitos optam por utilizar a área remanescente para a construção de pousadas. Essa escolha é impulsionada pela atração da proximidade com uma área natural preservada, funcionando como um elemento estratégico de marketing verde para promover seus produtos e serviços.

De acordo com Damas (2020, p.324), “a inter-relação entre turismo e natureza não apenas se complementa, mas deveria se aprimorar em uma sinergia mais profunda.” Isso se deve não apenas à notável biodiversidade global, mas também ao fato de que o turismo adquire maior amplitude e apelo quando associado aos encantos e paisagens proporcionados pela natureza. Essa união deve ser fortalecida por meio da Educação Ambiental, sensibilização e preservação dos recursos ambientais, estabelecendo uma relação simbiótica na qual o turismo se beneficia da beleza natural ao mesmo tempo em que contribui para a preservação desses recursos.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em conclusão, as práticas sustentáveis em ambientes naturais emergem como alicerces essenciais para a preservação da biodiversidade, restauração de ecossistemas e manutenção do equilíbrio ecológico. Por meio de estratégias multifacetadas, desde a conservação de *habitats* até o turismo sustentável, essas práticas representam um compromisso vital com a saúde do planeta e as RPPNs são espaços naturais propícios que unem a conservação ambiental e o turismo sustentável.

A implementação de estratégias inclui a criação e manutenção de áreas protegidas, práticas agrícolas sustentáveis, redução de emissões de gases de efeito estufa e Educação Ambiental. Essas medidas não apenas combatem a degradação ambiental, mas também incentivam uma coexistência harmoniosa entre a humanidade e a natureza. Portanto, ao desenvolver e implementar estratégias eficazes para a manutenção do equilíbrio ecológico, não apenas asseguramos a preservação da diversidade biológica, mas também promovemos um futuro sustentável, no qual os ecossistemas saudáveis contribuem para o bem-estar humano e a estabilidade global.

No entanto, a implementação bem-sucedida dessas práticas enfrenta desafios, desde questões legais até a sensibilização pública. É imperativo promover parcerias entre governos, organizações não governamentais e comunidades locais. Além disso, é crucial integrar a Educação Ambiental como um componente central dessas práticas, capacitando as pessoas a serem defensoras ativas da natureza, especialmente em áreas protegidas. Em última análise, as práticas sustentáveis não são apenas um conjunto de ações, são um compromisso contínuo que potencializa a coexistência harmoniosa entre a humanidade e a natureza. Ao priorizar a sustentabilidade, estamos forjando um caminho para um futuro em que a beleza e a



funcionalidade dos ambientes naturais são preservadas para as gerações vindouras e as RPPNs podem ser esse caminho.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto 1.922, de 5 de junho de 1996. Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jun. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D1922.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D1922.htm)>. Acesso em: 27 fev. 2024

\_\_\_\_\_. Decreto 98.914, de 31 de janeiro de 1990. Revogado pelo Decreto nº 1.922, de 1996. Dispõe sobre a instituição, no território nacional, de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, por destinação do proprietário. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 de fevereiro de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D98914.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98914.htm)>. Acesso em: 01 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 abril 2006. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5746.htm#:~:text=DECRETO%20N%205.746%2C%20DE%205,vista%20o%20disposto%20no%20art.>](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5746.htm#:~:text=DECRETO%20N%205.746%2C%20DE%205,vista%20o%20disposto%20no%20art.>)>. Acesso em: 21 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 junho 2000. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)> Acesso em 06 jan. 2024.

DAMAS, Marcos Tonet. Turismo sustentável: reflexões, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Ecoturismo** (RBEcotur), v. 13, n. 2, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/9578/7722>> Acesso em: 06 de jan. de 2024.

FREITAS, Minéia Santana de. **Cenários e oportunidades na gestão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) federais da região metropolitana de Manaus - AM**. 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

OMENA JÚNIOR, Reynier de Souza. Comportamento do galo-da-serra *Rupicola rupicola* (Cotingidae) no município de Presidente Figueiredo, Amazonas, Brasil. **Revista Brasileira de Ornitologia**, p. 87, 2009

LIMA, Priscylla Cristina Alves de; FRANCO, José Luiz de Andrade. As RPPNs como estratégia para a conservação da biodiversidade: o caso da Chapada dos Veadeiros. **Sociedade**

& **Natureza**, v. 26, p. 113-125, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sn/a/KSTYLfLSKfvQXxymk5t3Pmp/?lang=pt#>> Acesso em: 13 de jan. de 2024.

RUSCHMANN, Doris Van De Meene. A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. **Turismo: Visão e Ação**, v. 2, n. 5, p. 81-81, 2000. Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/1182>> Acesso em: 20 de jan. de 2024.

SCHEID, Júlio Cezar; SCHEID, Jane de Fátima Foliatti. Estratégias de práticas para a promoção sustentável—ênfase no protagonismo do líder. **Uma Nova Pedagogia para a Sociedade Futura**, p. 298-311, 2016

SIMRPPN - **Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN**, 2009. Disponível em: <<https://sistemas.icmbio.gov.br/simrppn/publico/rppn/AM/>>. Acesso em: 11 fev. 2024.

SOUZA, José Luciano de; CÔRTE, Dione Angélica de Araújo.; FERREIRA, Lourdes Maria. **Perguntas e respostas sobre Reserva particular do patrimônio natural**. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBio, 2012. Disponível em: <<https://livroaberto.ibict.br/handle/1/831>> Acesso em 10 fev. 2024